



**Prefeitura de
Fortaleza**

Secretaria Municipal de
Urbanismo e Meio Ambiente

AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE UTILIZAÇÃO SONORA

Processo SEUMA 3133/2019	Validade 5 ANOS	Emissão 28/03/2019	Nº da Autorização 091/2019
Concedida ROTA CAR CENTRO AUTOMOTIVO EIRELI		Nome Fantasia *****	CNPJ/CPF 31.834.487/0001-31
Endereço do Requerente AVENIDA BEZERRA DE MENEZES, 1707		Bairro SAO GERARDO	Município/UF FORTALEZA/CE
Atividade COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES			
PARÂMETROS DO PROJETO: <ul style="list-style-type: none">• O NPS interno máximo suportável pelo projeto elaborado por EDUARDO FROTA CORREIA LIMA, conforme ART/RRT Nº 8015749 é de 73,0 dB(a) medido(s) PROXIMO AS FONTES SONORAS.• Os níveis supracitados devem ser garantidos através de monitoramento constante dos eventos sonoros pelo concedido.• A fiscalização é realizada com base nos níveis de pressão sonora constantes na legislação vigente.			
OBSERVAÇÕES: <p>Esta Autorização se refere à adequação acústica do empreendimento, não tendo validade como Alvará de Funcionamento. Esta Autorização não desobriga o autorizado do cumprimento das disposições das leis e responsabilidade pelas informações e estudos fornecidos.</p>			
ATENÇÃO: <p>O NÍVEL MÁXIMO ADMISSÍVEL DE EMISSÃO SONORA PARA O EXTERIOR DO AMBIENTE ONDE É PRODUZIDO É DE: 70 dB (A) entre 6h e 22h; 60 dB (A) entre 22h e 6h; 55 dB (A) no interior do imóvel do denunciante; Atinja no ambiente exterior do recinto que tem origem, NPS de 10dB (A) acima do ruído de fundo existente no local sem tráfego.</p>			
LEGISLAÇÃO: <p>LEI 9605/98 – CRIMES AMBIENTAIS. Art. 60º - Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes: Pena - Detenção, de um a seis meses ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.</p> <p>LEI 8097 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997. ALTERADA PELA LEI Nº010.644, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017. Art. 9º - Caberá ao órgão competente à vistoria e fiscalização do disposto nesta lei, observando que, além da obrigação de fazer cessar as irregularidades, os infratores serão penalizados: I – Os estabelecimentos ou eventos que estiverem utilizando equipamentos sem a devida Autorização Especial de Utilização Sonora (AEUS), serão assim penalizados: a) Na primeira autuação: advertência administrativa para os responsáveis legais pelos eventos, para os proprietários dos estabelecimentos ou para seus representantes, assim como multa, variando no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, ainda, a adequação imediata ao nível sonoro permitido por lei; b) Na segunda autuação: multa, variando no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assim como a imediata suspensão das atividades sonoras, através da apreensão dos equipamentos de posse ou de propriedade dos proprietários dos estabelecimentos ou de seus representantes, tais como mesa de som e caixas amplificadoras; c) Na terceira autuação: multa, variando no valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), assim como a imediata suspensão das atividades sonoras, através da apreensão dos equipamentos de posse ou de propriedade dos proprietários dos estabelecimentos ou de seus representantes, tais como mesas de som e caixas amplificadoras e, ainda, a cassação do Alvará de Funcionamento específico para as atividades que explorem eventos ligados à música ou a sons instrumentais de qualquer natureza. II – Os estabelecimentos que estiverem funcionando com nível acústico acima dos limites permitidos por esta lei, ainda que possuam autorização especial de utilização sonora (AEUS): a) Na primeira autuação: advertência administrativa para os responsáveis legais pelos eventos, para os proprietários dos estabelecimentos ou para seus representantes, assim como multa, variando no valor mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao valor máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, ainda, a suspensão das atividades sonoras no prazo máximo de até 30 (trinta) minutos da notificação; b) Na segunda autuação: multa, variando no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assim como a imediata suspensão das atividades sonoras, através da apreensão dos equipamentos de posse ou de propriedade dos proprietários dos estabelecimentos ou de seus representantes, tais como mesas de som e caixas amplificadoras; c) Na terceira autuação: multa, variando no valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), assim como mantida a imediata suspensão das atividades sonoras, através da apreensão dos equipamentos de posse dos proprietários dos estabelecimentos ou de seus representantes, tais como mesas de som e caixas de som amplificadas e, ainda, a cassação do Alvará de Funcionamento específico para as atividades que explorem eventos ligados à música ou a sons instrumentais de qualquer natureza. Art. 10º – O infrator poderá apresentar um único recurso ao órgão responsável pela política do meio ambiente, no prazo de 15 dias, após receber a notificação. Art. 11º – Qualquer município poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento às normas da legislação do combate à poluição sonora.</p> <p>DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL Art. 171º – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.</p> <p>LEI COMPLEMENTAR 140/11 Art. 14º – § 4º A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.</p>			

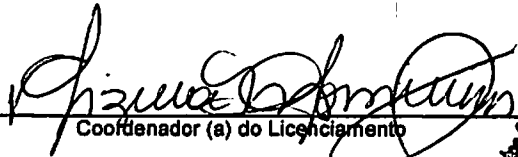


Gerente da Célula de Licenciamento para
Funcionamento

Marcela Napoleão G. A. Holanda

Avenida Paulino Rocha, 1343 • Casa Verde • CEP 60.864-310 Fortaleza, Ceará, Brasil
85 3452-6900

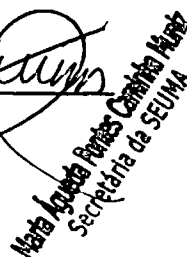
PARA FUNCIONAMENTO - CELUF
COLUSEMA/PMF



Coordenador (a) do Licenciamento

Arq. Gizella Melo Gomes

PMF - SEUMA - Matrícula 113331-01


Secretária de SEUMA

Responsável pelo recebimento

Annajorah Rodrigues

CPF: 003.338.023 - 65

Data 11 / 04 / 2019

Assinatura: Annajorah R.

Responsável pela entrega/matricula

Cláudia